

2010

Janeiro

06 | No âmbito da investigação de alegadas interferências do poder político na comunicação social, a ERC ouve o empresário Joaquim Coimbra, accionista do semanário *Sol*, que disse não ter sentido pressões políticas enquanto accionista e remete a questão para outros envolvidos no processo.

11 | RTP vai avançar com um novo programa de comentário político, a partir de Fevereiro, que substituirá os dois espaços de comentário: *Notas Soltas*, com António Vitorino, e *As Escolhas de Marcelo*, com Marcelo Rebelo de Sousa.

13 | Governo atribui 45 mil euros para a criação de um banco de dados *online* sobre os investimentos publicitários do Estado nos *media* ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social.

14 | ERC ouve o Director-adjunto do semanário *Sol*, José António Lima, que garante que uma pessoa próxima do Primeiro-Ministro tentou interferir no jornal, corroborando as acusações do director da publicação.

14 | Conselho Regulador da ERC emite um comunicado dando conta da aprovação, por unanimidade, do parecer sobre a operação de concentração relativa ao Grupo Media Capital. Este parecer, relativo à oferta pública de aquisição (OPA) à Media Capital, refere que a Ongoing tem de vender os cerca de 22% que detém na Impresa para lançar uma OPA sobre 35% da Media Capital (grupo proprietário da TVI detido pela Prisa) e foi já entregue à Autoridade da Concorrência.

20 | Director de Informação da RTP, José Alberto Carvalho, comunicou a Marcelo Rebelo de Sousa que, apesar da saída anunciada de António Vitorino, quer que mantenha o seu comentário político na estação pública, desde que a ERC não veja problema nisso. Em causa estão declarações do Presidente da ERC, num artigo do jornal *Público*, do dia 17, no qual se podia ler: “Se António Vitorino decidiu deixar o seu programa de comentário, nada impõe ou sequer justifica, no entender da ERC, que, só por esse motivo, Marcelo Rebelo de Sousa deva ver o seu programa terminado”.

21 | ERC autoriza a actividade de dois novos serviços de programas televisivos da SPORT TV, um dedicado aos PALOP que chegará primeiro a Angola, e outro dedicado ao golfe.

27 | De acordo com a proposta de Orçamento de Estado para 2010, as empresas de comunicação social tuteladas pelo Estado (RTP, RDP e *Lusa*) vão receber este ano 164,7 milhões de euros, mais 2,3 por cento do que em 2009.

28 | Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação diz à *Lusa* que a limitação do acesso às emissões televisivas de pessoas com deficiência é uma “violação grosseira dos direitos destes cidadãos”, no seguimento da suspensão de um plano estabelecido no ano passado pela ERC para obrigar as televisões em sinal aberto (RTP, SIC e TVI) a facultarem audiodescrição nos programas. Em curso estará, também, uma providência cautelar interposta pelos operadores privados, o que suspende a obrigatoriedade do cumprimento dos termos do plano até que haja decisão do tribunal.

Fevereiro

01 | Bloco de Esquerda diz que a ERC deve abrir um inquérito na sequência do artigo escrito por Mário Crespo que o *Jornal de Notícias* não publicou, no qual o jornalista tecia acusações contra o Governo.

03 | ERC decide, em reunião ordinária, abrir um processo de averiguações ao “caso Mário Crespo”, com base nas três queixas que lhe foram apresentadas. Estas queixas decorrem de um artigo que o jornalista Mário Crespo escreveu, no qual fazia acusações ao Governo, com vista à publicação no *Jornal de Notícias*. Apesar de ser um espaço para o qual escrevia semanalmente, Mário Crespo não viu este artigo publicado e cessou a sua colaboração com o diário.

05 | Sindicato dos Jornalistas apela, em comunicado, à intervenção da ERC e da Assembleia da República com vista à averiguação das suspeitas levantadas através da publicação, no jornal *Sol*, de despachos de magistrados e de excertos das escutas telefónicas do processo “Face Oculta”, que sugerem a existência de um plano para controlar os *media*, envolvendo o Governo e várias personalidades.

09 | ERC mantém as indicações que havia apresentado no projecto de parecer divulgado a 14 de Janeiro de que o grupo Ongoing terá de vender a sua posição na Impresa para que possa adquirir a Media Capital.

10 | Edição de hoje do jornal *i* revela que Marcelo Rebelo de Sousa vai deixar o espaço de comentário que tem aos domingos à noite na RTP e que já terá comunicado a decisão à direcção da estação pública. O comentador não pretende, então, renovar o contrato que tem com a RTP e que termina no próximo mês de Março.

11 | Ongoing prepara-se para vender as posições que detém na Impresa e na operadora Zon Multimédia a um fundo de investimento norte-americano gerido pela Goldman Sachs.

12 | ERC autoriza o início das emissões do novo canal das Produções Fictícias, o canal Q, no operador Meo.

12 | De acordo com a edição de hoje do *Sol*, o Presidente da ERC, Azeredo Lopes, chamou “patético”, “doentio” e “pequeno tiranete” a Luís Gonçalves da Silva. Segundo o mesmo jornal, este não será episódio único.

12 | Francisco Pimentel, advogado de Manuela Moura Guedes, enviou ao procurador-geral da República um requerimento no qual pede a Pinto Monteiro para abrir um inquérito contra o Primeiro-Ministro, José Sócrates, por suspeitas de atentado contra o Estado de direito.

15 | Ongoing diz estar a ultimar a venda da participação de 23% que detém na Impresa, para concluir a aquisição da participação na Media Capital.

18 | Comunicado de jornalistas da TVI: 58 jornalistas da estação assinaram o documento para afirmarem que “não sentiram nem sentem, até ao presente, qualquer constrangimento no desempenho cabal do seu trabalho” e reagirem a notícias que colocam em causa o seu “bom nome”. Este episódio surge no dia em que as edições da revista *Sábado* e do diário *Correio da Manhã* referem que a direcção da TVI, liderada por Júlio Magalhães, foi acusada na ERC de travar notícias sobre o caso “Freeport”.

19 | Comunicado da Fundação Luís Figo anuncia que vai remeter uma queixa à ERC por violação, de alguns órgãos de comunicação social, de deveres jornalísticos e nega ter recebido quantias da PT ou da Taguspark bem como as notícias de um alegado envolvimento na campanha do PS para as legislativas.

22 | ERC vai enviar um questionário às principais empresas de *media* para saber quem são os proprietários dos órgãos de informação. A actualização de informação desta índole é exigida por lei, sendo a primeira vez que a entidade exerce esta competência. Caso as empresas não respondam, a ERC pode aplicar uma contra-ordenação. Esta iniciativa surge numa altura em que os socialistas insistem em saber quem são os proprietários do semanário *Sol*. O objectivo é criar uma base de dados sobre a propriedade das empresas e zelar pela transparência da propriedade dos *media*, tendo sido um projecto, aprovado a 15 de Janeiro, que resultou das propostas de Estrela Serrano e Azeredo Lopes.

24 | Candidato à liderança do PSD, Castanheira Barros, anuncia que a entidade reguladora o receberá em audiência no dia 4 de Março, por considerar estar a ser boicotado pela imprensa. O político adianta ainda que solicitou à ERC uma “forma preventiva” para impedir que os debates televisivos entre os candidatos à liderança do partido se façam a três e admite apresentar uma providência cautelar caso seja excluído dos mesmos.

Março

02 | Numa audição na Comissão de Ética, o administrador-delegado da Media Capital, Bernardo Bairrão, diz que a administração da TVI terminou com o *Jornal Nacional de Sexta* para “defender a independência, rigor e isenção” do conteúdo do programa, negando qualquer actuação fora dos trâmites legais.

17 | A Moore Stephens & Associados foi a empresa vencedora do concurso público para realizar a auditoria do serviço público de televisão referente aos anos de 2003 a 2005, segundo deliberação da ERC. Em causa estão anos anteriores à tomada de posse da ERC, tendo já sido efectuadas as auditorias de 2007 e 2008.

18 | ERC emite comunicado no qual refere que irá participar do Sport Lisboa e Benfica ao Ministério Público devido a várias queixas feitas por vários órgãos de informação por restrição do direito de acesso dos jornalistas.

19 | Conselho Regulador da ERC delibera considerar “improcedente a pretensão da PT Comunicações, SA”, que visava a revogação do título habilitante de operador de distribuição que lhe foi atribuído no âmbito do concurso público relativo à componente paga da plataforma de TDT.

24 | Jorge Lacão, ministro dos Assuntos Parlamentares, nega intenção de privatizar a RTP. Na Assembleia da República, o ministro responsável pela pasta da Comunicação Social diz que não há intenção de vender mas sim de fazer um “ajustamento ao contrato de serviço público”.

24 | ERC chama a atenção dos intervenientes do processo eleitoral em curso do PSD e dos meios de comunicação social para a proibição legal de publicação, difusão, comentário, análise e projecção de resultados de sondagem ou inquérito de opinião que se relacionem com a escolha dos titulares dos órgãos de partidos políticos, no dia anterior ao da sua realização.

29 | PSD rejeitou, na semana passada, um debate de urgência na Assembleia Legislativa da Madeira sobre a liberdade de expressão e apoios à comunicação social na região, proposto pelo BE. Além disso, prepara-se para “chumbar” uma comissão de inquérito, que o PS vai requerer hoje, para avaliar a interferência do Governo Regional na comunicação social. Em causa estão as pressões e ameaças de Alberto João Jardim, confirmadas num inquérito aos jornalistas madeirenses.

30 | Autoridade da Concorrência (AdC) opõe-se à operação negocial entre a Ongoing e a Prisa para a compra de até 35% da Media Capital por 122 milhões de euros. Não se concretiza, assim, a Oferta Pública de Aquisição (OPA). Uma vez que a Ongoing não conseguiu vender a posição de 23% na Impresa e este era um requisito imposto pela ERC para viabilizar o negócio, a AdC estava sujeita à aprovação da entidade reguladora.

31 | Parecer favorável da ERC relativamente à nomeação de Alberto Gil Caires Baptista Rosa para Director de Canais do Centro Regional da RTP Madeira, uma deliberação que decorre da apresentação de um pedido apresentado pelo Conselho de Administração da RTP a 2 de Março deste ano, para a criação de novos cargos “no âmbito da reorganização dos seus serviços de rádio e televisão na Região Autónoma da Madeira”.

Abril

01 | Pais do Amaral negocia com a Prisa posição de cerca de 30% na Media Capital.

13 | O socialista António Vitorino e dois responsáveis da Prisa, Juan Luís Cébrian e Manuel Polanco, têm até ao final da próxima semana para responderem às acusações feitas na ERC de interferência dos poderes económico e político no grupo. O Presidente da ERC justifica estas notificações com o facto de terem sido nomes frequentemente referidos no decorrer da investigação ligada a este processo.

14 | ERC dá razão a Rui Paulo Figueiredo, assessor jurídico de José Sócrates, relativamente à queixa que apresentou contra o *Público*, a 18 de Setembro. O motivo foi a publicação de uma notícia de 19 de Agosto de 2009 que retratava que Rui Paulo Figueiredo teria acompanhado uma visita de Cavaco Silva à Madeira com propósitos que levantavam suspeitas, não se verificando o princípio do contraditório. À data, várias questões se levantavam quanto à possibilidade de haver escutas em Belém e de se estar sob vigilância do Governo.

15 | Conselho Regulador da ERC delibera não autorizar o exercício da actividade de televisão através do serviço de programas temático de conteúdos sexuais para adultos, de cobertura nacional denominado “Hot Nights”, requerida pela Filmes Hotgold – cinema, vídeo e distribuição, S. A., por considerar que não preenche os requisitos legais que indiquem que é um serviço de acesso condicionado.

20 | O deputado do Partido Socialista, Ricardo Rodrigues, vai pedir ao Tribunal da Relação de Lisboa o levantamento do sigilo profissional do jornalista da TVI, Carlos Enes. Os socialistas pretendem que Carlos Enes, hoje a prestar declarações no Parlamento, seja obrigado a revelar os nomes dos dois deputados do partido e de um assessor socialista, que lhe falaram de pessoas a afastar da estação privada, na altura em que a Prisa estava a negociar com Miguel Pais do Amaral a aquisição da Media Capital.

20 | Ouvido na Comissão de Ética no âmbito do caso TVI, o Presidente da ERC, Azeredo Lopes, afirmou que as maiores ameaças à liberdade de imprensa estão mais na precariedade financeira dos *media* e no advento das redes sociais do que nas pressões governamentais.

23 | ERC anuncia, através de comunicado, que vai proceder à abertura de processos contra-ordenacionais contra o *Público* e a TVI por não fornecerem os elementos solicitados pelo regulador no âmbito do processo de análise do cumprimento do princípio geral da igualdade de oportunidades das diferentes candidaturas durante o período eleitoral para as eleições legislativas de 2009 por parte dos órgãos de comunicação social.

29 | Conselho Regulador da ERC delibera o arquivamento do processo relativo às pressões políticas e económico-financeiras denunciadas pelo Director do jornal *Sol*, por considerar que não foi possível provar os alegados factos invocados. O director da publicação, José António Saraiva, elogia o trabalho do regulador mas diz não estar surpreendido com o arquivamento.

30 | No âmbito do III Encontro de Reguladores Ibéricos de Comunicação Social, subordinado ao tema “Serviço Público de Televisão” o Presidente da ERC, Azeredo Lopes, afirmou que o serviço público de televisão português “imita” tendencialmente a concorrência privada e pode até “ilegitimamente” estar a invadir áreas que não lhe competem.

Maio

04 | O Tribunal Administrativo Central Sul revogou a sentença que suspendia a eficácia da Deliberação 3/LIC-TV/2009, na qual o Conselho Regulador da ERC determinava a exclusão das duas candidaturas concorrentes ao concurso para a atribuição do 5.º canal (a ZON e a Telecinco) por considerar que não agregavam os “requisitos legais e regulamentares para admissão a concurso”.

05 | A comissão de Ética, Sociedade e Cultura apresenta o projecto de relatório das audições realizadas sobre o exercício da liberdade de expressão em Portugal, que surgiu na sequência de acusações a alegadas interferências do poder político e económico em órgãos de comunicação social. O projecto, da responsabilidade da deputada do PCP, Rita Rato, será discutido e votado na próxima semana, depois de serem analisadas alterações e propostas de todos os grupos parlamentares.

06 | Após recepção de uma exposição da Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social (CPMCS), que relata limitações impostas pelo Sport Lisboa e Benfica quanto à transmissão em directo de acontecimentos do pós-jogo Benfica-Rio Ave (a decorrer no dia 8), o Conselho Regulador da ERC realça, em comunicado, que “não estará em causa o direito de acesso dos jornalistas ao evento em causa para fins de cobertura informativa, consagrado nos artigos 9.º e 10.º do Estatuto do Jornalista”.

06 | A respeito do caso da apropriação de dois gravadores de jornalistas da revista *Sábado* por parte do deputado Ricardo Rodrigues, o Conselho Regulador da ERC refere, em comunicado, que “não avalia o cumprimento individual de obrigações éticas, deontológicas ou jurídicas de jornalistas” e que comunga da preocupação manifestada pelo Sindicato dos Jornalistas acerca da possibilidade de os aparelhos conterem informação de processos sob segredo de justiça.

12 | Data da deliberação da ERC relativa à auditoria à RTP, empresa concessionária do serviço público de rádio e televisão de Portugal, referente ao ano de 2008, tendo o Conselho Regulador determinado “submeter, para efeitos da pronúncia do operador, o relatório de auditoria promovida pela KPMG & Associados, SROC, S.A., para efeitos de apreciação do cumprimento das obrigações impostas pelo contrato de concessão, referente ao ano de 2008, e o Relatório de Regulação, também de 2008, elaborado pela ERC, na parte que respeita ao serviço público de televisão”. A RTP passa a dispor de 10 dias úteis para se pronunciar.

13 | PS–Madeira anuncia que vai solicitar, na Assembleia Legislativa, a abertura de um inquérito parlamentar e a intervenção da ERC face à “tentativa de controlo” dos meios de comunicação social pelo Governo Regional.

13 | Demissão de Luís Calisto do cargo de Director do *Diário de Notícias da Madeira*, com acusações ao Governo da Região Autónoma.

14 | A Agência *Lusa* interpôs um processo judicial contra o Estado no valor de quase 4 milhões de euros por atrasos no pagamento de créditos já vencidos que o accionista principal da empresa deveria ter pago.

14 | O administrador-delegado da Media Capital, Manuel Polanco, garantiu hoje no Parlamento que a empresa nunca recebeu queixas de membros do Governo português em relação ao *Jornal de Sexta* daTVI, findo em Setembro do ano passado.

19 | A Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura aprova, com o voto contra do PS, o relatório das audições realizadas sobre o exercício da liberdade de expressão em Portugal.

20 | ERC delibera autorizar o exercício da actividade de televisão através do serviço de programas temático de séries e novelas de cobertura internacional e acesso não condicionado com assinatura, denominado “ZAP Novelas”, requerido pela Zon Lusomundo TV, Lda.

20 | ERC delibera instaurar um procedimento contra-ordenacional contra a SIC por incumprimento do tempo reservado à publicidade no serviço de programas, referente ao mês de Março de 2010, conforme o disposto no artigo 40.º da Lei da Televisão.

20 | Data da deliberação da ERC relativa à auditoria à RTP, empresa concessionária do serviço público de rádio e televisão de Portugal, referente ao ano de 2006. De acordo com a deliberação, as notas dos incumprimentos encontrados versam sobre o “défice de programas com função formativa, cultural e educativa” bem como sobre a “escassez de programas infantis e dirigidos a minorias”.

20 | ERC autoriza o exercício da actividade de televisão através de um serviço de programas televisivo temático de cobertura nacional e acesso não condicionado com assinatura denominado “TVI Internacional”. O projecto terá lugar inicialmente em Angola mas está prevista a distribuição para o território dos outros PALOP.

20 | ERC delibera instaurar um procedimento contra-ordenacional contra a RTP por incumprimento do horário de programação em diversos dias do mês de Fevereiro.

24 | ERC faz levantamento das medidas levadas a cabo pelos operadores de televisão para públicos com necessidades especiais, relativamente ao 3º Quadrimestre de 2009 e ao 1º Trimestre de 2010. Estas medidas decorrem de imperativo legal (artigo 34º da Lei da Televisão), devendo os operadores assegurar o acompanhamento das emissões televisivas por pessoas com necessidades especiais, disponibilizando medidas como a legendagem, a interpretação por meio de língua gestual, a áudio-descrição ou outras técnicas.

26 | ERC delibera o arquivamento da queixa relativa à participação do Presidente do Governo Regional da Madeira contra o *Público*, no âmbito do chamado caso das escutas de Belém, a 21 de Setembro de 2009. Alberto João Jardim mencionava, na referida participação, que a Madeira era utilizada para “forjar factos noticiáveis, numa sucessão de campanhas mentirosas absolutamente inaceitáveis”.

28 | Esclarecimento da entidade reguladora, a propósito de afirmações de Eduardo Cintra Torres na coluna “Olho Vivo”, publicada na edição de hoje do *Público*. A ERC afirma que estão disponíveis, no site da entidade, a Deliberação 1-I/2006, que adopta a Recomendação 7/2006, referentes ao artigo escrito por Eduardo Cintra Torres (sob o título “Como se faz censura em Portugal”, da edição de 20 de Agosto de 2006 do *Público*), contrariamente às referências do autor, de que estaria “truncada”. No esclarecimento, é acrescentado que a ERC irá recorrer da decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto de anulação da referida deliberação.

Junho

09 | Conselho Regulador da ERC delibera, por unanimidade, arquivar o processo relativo à queixa apresentada pelo jornalista Mário Crespo contra o Director do *Jornal de Notícias*, por alegada censura ao recusar a publicação da crónica “O Fim da Linha”, na edição de 1 de Fevereiro de 2010.

14 | Divulgação, no site da entidade reguladora, do Relatório de Regulação e do Relatório de Actividades e Contas relativos ao ano de 2009.

30 | Apresentação de estudo da ERC intitulado “Imprensa Local e Regional em Portugal”, no qual se refere que o papel que cabe à imprensa regional está dificultado pelo facto de apenas 18 das 728 publicações existentes em território nacional terem periodicidade diária

Julho

01 | O Tribunal da Relação de Lisboa dá razão a Rui Pedro Soares relativamente à providência cautelar interposta em Fevereiro para evitar a publicação de declarações suas no *Sol*, obrigando o semanário, o director e as jornalistas a pagar uma indemnização.

02 | O Presidente do Governo da Madeira, Alberto João Jardim, defende a extinção da ERC, considerando que “não serve para nada”, depois de o regulador ter criticado os apoios dados pelo executivo ao *Jornal da Madeira*. Num projecto de deliberação divulgado ontem e que será enviado à AdC, o Conselho Regulador da ERC criticou as “possíveis consequências de tais intervenções sobre o pluralismo e a independência da imprensa diária publicada naquela Região Autónoma”.

03 | Ministério Público decide encerrar o inquérito ao Primeiro-Ministro, aberto na sequência de uma queixa da jornalista Manuela Moura Guedes, por considerar que as afirmações relativas ao *Jornal Nacional de Sexta* não constituem crime de difamação.

09 | O *Rádio Clube Português*, da Media Capital Rádios, vai terminar nos moldes até agora conhecidos para passar a emitir três noticiários diários e música dos anos 60 e 70, mudança que deixa 36 colaboradores desempregados. Esta alteração de rádio generalista para rádio de música não foi transmitida à ERC, como estipula a Lei da Rádio.

21 | Os trabalhadores despedidos do *Rádio Clube Português* apresentaram, esta semana, um manifesto aos partidos políticos no qual contestam a “descontinuação questionável” da rádio, que motivou um despedimento colectivo que consideram “injusto” num “processo pouco transparente”.

21 | Conselho Regulador da ERC autoriza o exercício da actividade de televisão através de um serviço de programas temático de desporto de cobertura internacional e acesso condicionado denominado “Sport TV Américas”, requerida pela Sport TV Portugal, S. A.

29 | Com base na análise de 15 depoimentos presenciais de pessoas envolvidas, como Manuela Moura Guedes e José Eduardo Moniz, jornalistas e chefias da TVI, bem como de alguns depoimentos escritos, a ERC conclui que a administração da TVI foi “significativamente influenciada pelos Administradores da Media Capital, especialmente os que aí representavam o grupo Prisa” na decisão de suspender o *Jornal Nacional de Sexta*. Todavia, o regulador frisa que não fica provado que a decisão “tenha sido determinada por interferências do poder político”.

Agosto

11 | Alguns jornalistas despedidos do *Rádio Clube Português*, que descontinuou as emissões em Julho, reivindicaram junto da ERC, alterações à Lei da Rádio para evitar a subvalorização da informação nas rádios portuguesas.

31 | ERC considera improcedente a reclamação apresentada por Mário Crespo contra a deliberação 2/OUT-1/2010, a qual determinava o arquivamento do processo desencadeado pelo jornalista.

Setembro

08 | Deliberação da ERC apresenta nova estação da Media Capital, a *Star FM*, como um projecto “de informação e de companhia”, da região de Lisboa, com uma componente musical composta por “êxitos dos anos 50, 60 e 70”, nomeadamente “da música brasileira, da música portuguesa” e também dos “clássicos franceses e italianos”. A *Star FM* vem substituir o *Rádio Clube Português*.

09 | ERC recolhe parecer favorável da ANACOM relativamente à verificação das condições técnicas da candidatura do operador TVI para o exercício da actividade de televisão através de um serviço de programas televisivo temático denominado “TVI Direct”.

10 | ERC emite um comunicado criticando os *media*, em particular a RTP, por aquilo que descreve como “mediatização” conferida a Carlos Cruz, no seguimento da leitura da sentença do processo “Casa Pia”.

11 | Paquete de Oliveira, Provedor do Telespectador da RTP, critica o “tratamento diferenciado” dado a Carlos Cruz, adiantando que “coloca a RTP sob a acusação de parcialidade e de exercer um ‘proteccionismo corporativo’ descabido”.

12 | Azeredo Lopes, Presidente da ERC, refere, em declarações ao *Público*, que a reprovação pública da conduta da RTP relativamente ao tratamento dado a Carlos Cruz após a sua condenação é “sanção suficiente”.

15 | Conselho Regulador da ERC delibera considerar que o semanário *Sol* violou o direito à privacidade e à palavra de Joaquim Oliveira (accionista e Presidente do Conselho de Administração do grupo Controlinveste), ao “publicar excertos de transcrições de escutas telefónicas constantes de um processo criminal [Face Oculta] sujeito a segredo de justiça”.

16 | José António Saraiva, Director do jornal *Sol*, diz à *Lusa* que a deliberação da ERC, que determina violação, por parte desta publicação, dos direitos de personalidade de Joaquim Oliveira, só pode ser entendida “numa linha de protecção do Governo”.

16 | Conselho de Governo madeirense decide recorrer ao Tribunal Administrativo para pedir a anulação da deliberação da ERC, na qual o Conselho Regulador insta o governo regional a adoptar “de imediato as providências necessárias e adequadas à supressão dos efeitos nefastos que a sua actuação tem produzido no sector da imprensa diária” da Madeira.

21 | Vice-Presidente da ERC, Elísio Cabral de Oliveira, reage à demissão de Luís Gonçalves da Silva, estranhando que o vogal só tenha reconhecido a ERC como um obstáculo à liberdade de imprensa ao fim de quase cinco anos. Segundo o membro demissionário, o caso TVI é o exemplo de um processo no qual “ocorreram verdadeiras entorses às mais elementares normas e procedimentos”.

22 | Marcelo Rebelo de Sousa fala em “coisa incontroversa” para se referir à alegada instrumentalização do *Jornal da Madeira* pelo Governo de Alberto João Jardim. Segundo a ERC, os dados do relatório de regulação revelam que, no ano de 2008, o Presidente e membros de governo regional, órgãos regionais, presidentes e representantes das autarquias “têm apenas referências positivas” naquele jornal.

23 | Azeredo Lopes lança a questão do direito de resposta na blogosfera num *post* publicado no seu blogue pessoal começando por reforçar que este não é um blogue da ERC, como reacção à pergunta “A ERC monitoriza a actividade do blogue da ERC”, escrito por Afonso Azevedo Neves no blogue “31 da Armada”.

De acordo com as suas palavras, “fica por resolver a questão da possível reivindicação de um direito de resposta relativamente a conteúdo difundido num blogue, por aplicação (análogica?) da Lei de Imprensa” e pode adensar a questão ao conferirmos a este direito “valor constitucional – ou seja, em termos simples, supra-legal”.

26 | Azeredo Lopes escreve no seu blogue pessoal “Vai e Vem” sobre o direito de resposta na blogosfera, questionando sobre a competência da ERC para “apreciar e decidir recurso que venha a ser interposto nesse sentido” e defende que “não se incluindo no âmbito de intervenção da ERC a blogosfera (digamos assim) ” acredita que a “solução jurídica mais avisada será a de que a competência de apreciação, neste caso concreto, é exclusiva dos Tribunais judiciais, garantindo-se sempre, ainda que por recurso “único”, a tutela jurídica do direito de resposta”. Deixa, por último, uma questão acerca dos comentários, perguntando: “Os administradores dos blogues têm alguma responsabilidade (para lá da esfera ética individual) por não filtrarem comentários que, quantas vezes, são vomitados para cima de terceiros? Procurando explicar melhor, a sua situação é comparável (em termos de regime) à que se verifica nas edições electrónicas de jornais ou, até, ao correio dos leitores na edição impressa de um jornal?”.

29 | O vogal da ERC, Rui Assis Ferreira, considera “desnecessário” o pedido do Presidente do Conselho Regulador ao Parlamento para que se abra um inquérito às críticas do conselheiro demissionário da ERC, Luís Gonçalves da Silva.

30 | PS, CDS, PCP e BE unidos na oposição à privatização da RTP, proposta constante do projecto de revisão constitucional do PSD que “aceita a possibilidade da RTP-RDP vir a ser privatizada”. Em 2009, o serviço público teve 188 milhões de euros em indemnizações compensatórias.

Outubro

05 | Em *post* escrito no blogue “Vai e Vem”, Azeredo Lopes apresenta um conjunto de argumentos com vista a sustentar o direito de resposta nos blogues, embora admita que a ERC não tem competência para intervir nestes casos. O assunto já tinha sido levantado no mês anterior e espalhou-se por diversos blogues, pelo que o actual Presidente da ERC vem sumariar alguns dos pontos que entende relevarem escrevendo: “Repito: no que escrevi não está em causa, directa ou indirectamente, a regulação dos conteúdos de um blogue, nem (por argumento de maioria de razão) a adopção de qualquer medida restritiva ou condicionadora relativamente a este – a não ser mediante decisão judicial, que

não assentará, de todo o modo, em qualquer consideração regulatória”.

06 | 32ª Reunião da Plataforma Europeia de Entidades Reguladoras (EPRA) tem lugar em Belgrado, entre os dias 6 e 8 de Outubro. O Presidente da ERC representou a entidade na reunião, que decorreu com a presença de 135 delegados oriundos de 44 países e observadores permanentes do Conselho da Europa, do Observatório Europeu do Audiovisual e da Comissão Europeia.

07 | No âmbito da conferência “A rádio em Portugal e o futuro”, organizada pela RTP no âmbito das comemorações dos 75 anos de rádio, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, refere que a nova lei da rádio introduz “uma maior flexibilização no sector”. O diploma foi aprovado na generalidade e está em discussão na especialidade, terminando amanhã o prazo de apresentação de propostas de alteração à lei da rádio. Segue-se a discussão em sede de comissão.

12 | PSD aprovou, na Assembleia Legislativa da Madeira, um voto de protesto pela alegada “invasão por parte da Assembleia da República, em matérias que são do interesse específico da região”. Em causa estão as audiências na comissão de Ética sobre o financiamento do *Jornal da Madeira* e o pluralismo da informação no arquipélago.

13 | Membros da AdC e da ERC, ouvidos na Comissão de Ética, falaram num mesmo sentido: não têm poderes para agir no caso dos financiamentos do Governo Regional da Madeira ao *Jornal da Madeira*, restando a hipótese de as empresas que se sintam afectadas recorrerem aos tribunais ou à Comissão Europeia.

13 | ERC autoriza o operador TVI ao exercício da actividade de televisão através de um serviço de programas televisivo temático de cobertura nacional e acesso não condicionado com assinatura, denominado “TVI Direct”.

15 | Petição na Internet com vista à exigência de pluralismo de opinião na televisão em temas político-económicos ultrapassou as mil assinaturas em menos de uma semana e tem como destinatários as direcções de informação das televisões, outros órgãos de comunicação social, grupos parlamentares com representação na Assembleia da República e a ERC.

18 | ERC disponibiliza, na sua página *online*, uma base de dados com informações sobre os proprietários dos grupos de *media*. De acordo com o Presidente do Conselho Regulador, Azeredo Lopes, este “pretende ser mais um contributo na garantia da transparência do sector da comunicação social”.

18 | PSD diz que o aumento de 30% da taxa audiovisual na conta da luz previsto no Orçamento do Estado para 2011 é “uma vergonha” e um “atentado aos portugueses”, reiterando a vontade de privatizar a RTP.

18 | ERC realiza, durante dois dias, a IV Conferência Anual, subordinada ao tema “Por uma Cultura de Regulação: Média e Cidadania – Velhas e Novas Questões”.

21 | Apresentação do estudo da ERC, sobre Publicidade do Estado, na conferência anual da ERC. De acordo com os resultados do mesmo, a publicidade colocada pelo Estado na imprensa, rádio e televisão representou 10,14% do total do investimento publicitário em Portugal em 2009. Os grupos Media Capital e Impresa foram os grupos de comunicação social que mais facturaram em investimento publicitário do Estado em 2009, com 122 e 116 milhões de euros, respectivamente, sendo a TVI, o *Correio da Manhã* e a TSF os meios preferidos.

Novembro

05 | O ministro dos Assuntos Parlamentares que tutela a comunicação social, Jorge Lacão, defende uma “agregação” da gestão das empresas de comunicação social do sector do Estado (RTP e *Lusa*), deixando a questão para reflexão dos deputados. O ministro adianta ainda que não se trata de uma proposta mas uma hipótese que o Governo estará a ponderar.

30 | Conselho Regulador da ERC aprova deliberação que versa sobre anúncios de promoção de prostituição nos classificados de diversos jornais portugueses, à qual anexa um relatório de análise dos mesmos. Neste caso, o Conselho Regulador opta por enviar estes documentos à 13.ª Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República e transmitir o seu teor à Procuradoria-Geral da República bem como conjugar esforços para encetar uma “actuação conjunta” com a Direcção-Geral do Consumidor “de forma a encontrar meios adequados, proporcionais e eficazes que conduzam a uma contenção futura da linguagem e imagens utilizadas nos anúncios classificados com cariz sexual, designadamente por via da auto-regulação ou da co-regulação”.

Dezembro

02 | Conselho Regulador da ERC aprova relatório sobre o pluralismo político-partidário no serviço público de televisão em 2009.

02 | Comunicado da empresa “Diário de Notícias” da Madeira dá conta da entrega, no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, de uma providência cautelar para travar o financiamento do governo regional ao “Jornal da Madeira”. O Conselho Regulador da ERC tinha-se debruçado sobre os apoios ao jornal e as decisões relativas a publicidade numa deliberação segundo a qual o governo regional é instado a “adoptar de imediato as providências necessárias e adequadas à supressão dos efeitos nefastos que a sua actuação tem produzido no sector da imprensa diária” da Madeira.

15 | Ouvido no Parlamento, Azeredo Lopes faz um balanço “razoavelmente satisfatório” do cumprimento do serviço público da RTP. Embora ainda não se conheçam os resultados das auditorias à empresa nos últimos anos, o membro do Conselho Regulador da ERC, Rui Assis Ferreira, salienta que os “auditores têm reconhecido que as indemnizações compensatórias são em alguns casos inferiores ao custo real do serviço público de televisão”.

15 | Conselho Regulador da ERC comparece à Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, da Assembleia da República, para apresentar o Relatório de Regulação e o Relatório de Actividades e Contas relativos ao ano de 2009.

15 | Conselho Regulador da ERC aprova deliberação sobre um pedido de esclarecimento acerca da reestruturação operada no Centro Regional da Madeira da RTP, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa Regional. Tendo apreciado o caso, o Conselho Regulador considera que o Conselho de Administração da RTP agiu no exercício das suas competências legalmente atribuídas, mais especificamente no que respeita aos “poderes regulamentares de organização técnico-administrativa e de destituição e nomeação dos responsáveis pelos conteúdos da programação e da informação”.

21 | PS anuncia que quer ouvir os directores de informação da RTP, da SIC e da TVI no Parlamento para “apurar com todo o rigor da validade das conclusões retiradas” pela ERC no relatório sobre o pluralismo político-partidário de 2009. Este requerimento surge na sequência da aprovação hoje, em sede de Comissão, da audição do Director de Informação da RTP, a pedido dos Social-democratas, por sub-representação do partido na informação político-partidária dos canais públicos e deverá ser votado no início de 2011.